

ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NO BRASIL

Movimento social, ocorrido entre 1870 e 1888, que defende o fim da escravidão no país. Termina com a promulgação da Lei Áurea, que extingue o regime escravista originário da colonização do Brasil. A escravidão começa a declinar com o fim do tráfico de escravos em 1850. Progressivamente, os imigrantes europeus assalariados substituem os escravos no mercado de trabalho. Mas é só a partir da Guerra do Paraguai (1865-1870) que o movimento abolicionista ganha impulso. Milhares de ex-escravos que retornam da guerra vitoriosos, muitos até condecorados, correm o risco de voltar à condição anterior por pressão dos seus antigos donos. O problema social torna-se uma questão política para a elite dirigente do Segundo Reinado.

Lei do Ventre Livre – O Partido Liberal compromete-se publicamente com a causa, mas é o gabinete do Visconde do Rio Branco, do Partido Conservador, que promulga a primeira lei abolicionista, a Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871. De poucos efeitos práticos, ela dá liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir dessa data, mas os mantém sob a tutela de seus senhores até atingirem a idade de 21 anos. Em defesa da lei, o Visconde do Rio Branco apresenta a escravidão como uma “instituição injuriosa”, menos para os escravos e mais para o país, sobretudo para sua imagem externa.

Campanha no país – Em 1880, políticos importantes, como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, criam, no Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, que estimula a formação de dezenas de agremiações semelhantes pelo país. Da mesma forma, o jornal O Abolicionista, de Nabuco, e a Revista Ilustrada, de Ângelo Agostini, servem de modelo a outras publicações antiescravistas. Advogados, artistas, intelectuais, jornalistas e políticos engajam-se no movimento e arrecadam fundos para pagar cartas de alforria (documento de libertação de escravos). O país é tomado pela causa abolicionista e, em 1884, o Ceará decreta o fim da escravidão em seu território.

Lei dos Sexagenários – A decisão cearense aumenta a pressão da opinião pública sobre as autoridades federais. Em 1885, o governo cede mais um pouco e promulga a Lei Saraiva-Cotegipe. Conhecida como a Lei dos Sexagenários, ela liberta os escravos com mais de 65 anos, mediante compensações aos seus proprietários.

Também os escravizados passam a participar mais ativamente da luta, fugindo das fazendas e buscando a liberdade nas cidades. No interior de São Paulo, liderados pelo mulato Antônio Bento e seus caifazes (nome tirado de uma personalidade bíblica, o sumo sacerdote judeu Caifaz), milhares deles escapam das fazendas e instalam-se no Quilombo do Jabaquara, em Santos. A essa altura, a campanha abolicionista mistura-se à campanha republicana e ganha um reforço importante: o Exército pede

publicamente para não mais ser utilizado na captura dos fugitivos. Do exterior, sobretudo da Europa, chegam apelos e manifestos favoráveis ao fim da escravidão.

Lei Áurea – Em 13 de maio de 1888, o governo imperial rende-se às pressões e a princesa Isabel assina a Lei Áurea, que extingue a escravidão no Brasil. A decisão desagrade aos fazendeiros, que exigem indenizações pela perda de seus “bens”. Como não as conseguem, aderem ao movimento republicano. Ao abandonar o regime escravista, o Império perde sua última coluna de sustentação política.

O fim da escravatura, porém, não melhora a condição social e econômica dos ex-escravos. Sem formação escolar ou uma profissão definida, para a maioria deles a simples emancipação jurídica não muda sua condição subalterna nem ajuda a promover sua cidadania ou ascensão social.

Sociedade colonial

Nos dois primeiros séculos de colonização, a população brasileira é formada por colonos brancos, escravos negros, mestiços e índios aculturados, aumentando lentamente. Espalha-se ao longo de uma estreita faixa litorânea, onde se concentram as áreas produtoras de açúcar, algodão e tabaco. Com o desenvolvimento da mineração de ouro e diamante, a partir do século XVIII, a população avança pelo interior e cresce, em especial, na região das minas.

Baseada em atividades agromercantis e escravistas, a sociedade colonial estrutura-se como uma organização agrária e patriarcal. Em quase toda a colônia, é em torno da grande propriedade rural que se desenvolve a vida econômica e social. Os povoados, as vilas e as cidades têm um papel secundário, limitado a funções administrativas e religiosas.

Casa grande – Sobre todos paira, soberana, a casa grande, símbolo do poderio absoluto dos senhores de terras. A família da casa grande é numerosa – com muitos filhos, parentes, agregados, escravos e serviçais libertos –, centralizada na figura do patriarca. É a estrutura familiar típica das regiões de agricultura tropical, monocultora, escravista e exportadora. Com ela convive a chamada família nuclear, bem menor, formada quase sempre pelo casal e poucos filhos, quando não apenas por um dos pais e as crianças.

Miscigenação – A sociedade colonial apresenta outra característica, que se fortalece com o tempo: a miscigenação. Misturando raças e culturas numa convivência forçada pelo trabalho dos negros africanos, a sociedade adquire um perfil mestiço, personificado pelo mulato (ver População brasileira, formação da). Essa miscigenação condiciona as relações sociais e culturais, gerando um modelo heterogêneo e aparentemente harmônico, multirracial, sem discriminações internas. Na verdade, porém, ela apenas disfarça as profundas desigualdades entre brancos e negros, escravos e livres, livres ricos e livres pobres, que não acabam nem mesmo com a abolição da escravatura, no final do século XIX.